



CDS-PP – Açores

Palavra Parlamentar

Folha Informativa do Grupo Parlamentar do Partido Popular
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL DOS AÇORES

N.º 13

Junho de 2001

CDS/PP APRESENTOU 3 PROPOSTAS DE RESOLUÇÃO

MELHORIA DA OPERACIONALIDADE DOS AEROPORTOS E AERÓDROMOS DOS AÇORES

Em resultado de um estudo efectuado por Proposta do Grupo Parlamentar do Partido Popular, a Assembleia Regional aprovou, igualmente por iniciativa do CDS/PP, a Resolução n.º 17/2000/A, de 19 de Julho, que recomendou ao Governo Regional que promovesse todas as diligências para que fossem instalados equipamentos e implementadas medidas que melhorassem a operacionalidade no espaço aéreo e nos aeroportos e aeródromos dos Açores.

Porque muitas das recomendações ainda não foram executadas, os Deputados do Partido Popular apresentaram agora uma nova Proposta de Resolução, na qual propõem maior urgência no cumprimento da referida Resolução e pedem prioridade quanto ao Aeroporto das Flores, por ser o mais atingido por cancelamentos. VER NOTÍCIA NA PÁG. 3

MEDIDAS PARA A RESOLUÇÃO DE PROBLEMAS NA ACTIVIDADE DOS TÁXIS

Por proposta do CDS/PP, de Abril de 1998, a Comissão de Economia da Assembleia Regional estudou os problemas que se colocavam no exercício de exploração da actividade de transportes públicos rodoviários em automóveis ligeiros de passageiros – taxis.

Também por proposta do Partido Popular, o Parlamento dos Açores aprovou a Resolução n.º 5/99/A, de 24 de Junho, recomendando ao Governo Regional um conjunto de medidas tendentes à resolução dos problemas.

Porque a generalidade das medidas não se encontrava concretizada, continuando a actividade dos taxis a desenvolver-se com enormes dificuldades, os Deputados do CDS/PP voltaram ao assunto, apresentando em Abril deste ano, um nova Proposta de Resolução, tendo em vista ultrapassar a crise que afecta o sector.

No passado dia 10 de Maio, após trabalho em Comissão, a Assembleia Legislativa aprovou **uma** Resolução recomendando ao Governo Regional um conjunto de medidas. VER NOTÍCIA NA PÁG. 3

MANUTENÇÃO DO REGIME DE FREQUÊNCIA OPCIONAL DA DISCIPLINA DE EDUCAÇÃO MORAL E RELIGIOSA

O CDS/PP respeita a garantia da liberdade de ensino de qualquer religião e considera que a Região Autónoma dos Açores tem uma tradição religiosa cristã, a ponto de 63% dos alunos que frequentam as escolas açorianas terem, por opção, aulas de Educação Moral e Religiosa.

A disciplina valoriza a definição da personalidade das crianças e dos jovens e investigações de psicólogos e sociólogos levaram à conclusão de que a formação religiosa permite aos jovens o desenvolvimento da consciência cívica e dos domínios dos valores e atitudes.

Porque a legislação nacional remeteu a disciplina para um regime meramente facultativo, o Grupo Parlamentar do CDS/PP apresentou uma Proposta de Resolução no sentido de recomendar ao Governo Regional que a disciplina de Educação Moral e Religiosa tenha um regime de frequência opcional em alternativa à disciplina de Formação Cívica.

PRESIDENTE DO GRUPO PARLAMENTAR DO CDS/PP:**INSCREVEM-SE PROJECTOS E ACÇÕES NOS PLANOS SEM QUALQUER POSSIBILIDADE DE SEREM EXECUTADOS**

Ao intervir na discussão do Plano de Médio Prazo, Plano e Orçamento para 2001, o Deputado Alvarino Pinheiro afirmou que “um Plano não pode ser um mero enunciado de intenções”, que “não se pode confundir a capacidade de gastar dinheiro com capacidade de execução dum Plano” e que “a consciente inscrição de projectos e acções nos Planos anuais e quadrienais, sem qualquer possibilidade prática de virem a ser executados” é um “problema de incapacidade técnica e ou política”, ou então “uma repudiável postura ética”, que “configura uma fraude política, que visa sistematicamente iludir os destinatários” que são “as populações das diferentes Ilhas e as suas instituições representativas”.

O Presidente do Grupo Parlamentar demonstrou o crescente descrédito da população açoriana, relativamente aos planos, com obras que passam de um Plano de Médio Prazo para outro, utilizando muitos exemplos com que se confronta no seu quotidiano na Ilha Terceira, o que lhe permitiu concluir que nos Governos do passado “tal como agora, mais do que as promessas, falharam as obras e a prática política”.

Referindo-se ao Orçamento afirmou que as receitas fiscais, apesar da redução dos impostos, “apresentam um bom ritmo de crescimento”, enquanto que “as despesas correntes inscritas no Orçamento continuam a crescer a uma taxa bem superior à da inflação”, ou seja “7% em relação ao orçamento revisto do ano passado” mas “se compararmos com o valor inicialmente orçamentado, a subida é já de 15%”. E continuou Alvarino Pinheiro, lembrando que “desde que o PS chegou ao Governo Regional, constata-se que, entre 1996 e 2001, as despesas correntes passaram de 62,6 milhões de contos para 94,4 milhões”, ou seja “um aumento de 51%, correspondente a um acréscimo de 32 milhões de contos em 5 anos”.

Lamentou depois “que os socialistas se tenham esquecido das receitas que propuseram ao PSD na altura, já que a doença é a mesma”.

Na intervenção final o Presidente do Grupo Parlamentar afirmou que “o Partido Popular não pode estar de acordo com um orçamento que no geral se afigura expansionista, mas que não contempla um aumento condigno do Complemento de Pensão para os reformados e pensionistas da Região”, declarando “uma preocupação sobre o comportamento do serviço da dívida regional, que já vem crescendo a uma média de 700 mil contos por ano”.

Justificou o voto contra os documentos porque: “não traduzem uma programação realista”; “não atendem a prioridades requeridas por importantes parceiros e agentes económicos e sociais”; “não contemplam os apoios ao investimento com as dotações necessárias”; “não apontam para a racionalização da Administração Regional”; “não indicam uma vontade de diminuição do peso do sector público na economia” e “não dão satisfação aos sectores mais pobres da sociedade, como sejam os reformados e os pensionistas”.

E rematou “oxalá que os açorianos não se arrependam da maioria absoluta que deram ao Partido Socialista”.

(Diários ALRA n.ºs 16 e 18)

DEPUTADO PAULO GUSMÃO:**A ESQUERDA PODE DERROTAR OS NOSSOS ARGUMENTOS, MAS NÃO VENCE AS NOSSAS RAZÕES**

O Deputado Paulo Gusmão, referindo-se ao Orçamento para 2001 disse que “é sobretudo em relação às opções gerais que temos diferenças profundas”, considerando que é “despesista e não controlado” e “consagra a reiterada má gestão dos serviços da Região e de algumas empresas públicas”.

“A Região Autónoma dos Açores é ainda monopolista onde deveria ser concorrencial, intervém de forma originária onde deveria intervir de forma supletiva e mantém funções caras e insuficientes onde não faz sequer sentido que esteja presente”, afirmou Paulo Gusmão.

A dado passo referiu que “o desenvolvimento da actividade científica tem uma dotação idêntica ao somatório do desenvolvimento turístico e do desenvolvimento industrial” e perguntou “afinal de contas, apostamos no Turismo, apostamos na Produção Industrial, ou serão as grandes correntes científicas que dos Açores irão invadir o mundo e trazer prosperidade, esperança e bem estar a estas ilhas e a esta gente?”.

(Diário ALRA n.º 17)

CDS/PP CONTINUA A TRABALHAR PARA MELHORIA DA OPERACIONALIDADE DOS AEROPORTOS E AERÓDROMOS DOS AÇORES

A Resolução n.º 17/2000/A, de 19 de Julho, aprovada por Proposta do Grupo Parlamentar do Partido Popular, recomendou ao Governo Regional, para melhorar a operacionalidade no espaço aéreo e nos aeroportos e aeródromos dos Açores, que fossem instalados os equipamentos e tomadas as medidas que se seguem:

Um ILS no aeroporto de Ponta Delgada; Luzes de sinalização de obstáculos na pista 12 do aeroporto de Ponta Delgada (Rocha da Relva); Ampliação da placa W, do aeroporto de Ponta Delgada; Um ILS no aeroporto da Horta e painéis luminosos na aproximação à pista 10; Certificar um procedimento de descida para o aeroporto das Flores; Certificar a iluminação da pista do aeroporto das Flores; Instalação de um rádio-farol para procedimento de descida no aeródromo do Corvo; Instalação de um rádio-farol, para procedimento de descida, no aeródromo de S. Jorge; Certificação dos procedimentos de descida para os aeródromos dos Açores; Diligenciar no sentido da instalação de ILS, nos casos em que for viável, no aeroporto das Flores e nos aeródromos da Região; Promover as diligências necessárias com vista à viabilização da cobertura radar dos Açores; Instalação de GPS a bordo dos aviões da empresa concessionária de transporte público; Aceleração dos investimentos em curso e dos já programados, para os aeroportos e aeródromos da Região.

Porque a generalidade desses medidas ainda não foram cumpridas, o CDS/PP volta agora à carga, não só por considerar útil e oportuno recomendar ao Governo Regional maior empenho no cumprimento da antes referida Resolução, mas também porque entende que deve ser dada especial atenção ao Aeroporto das Flores, não só por ser muito penalizado por cancelamentos, mas também pela sua particular localização geográfica.

Na Resolução agora apresentada os Deputados do CDS/PP propõem que a Assembleia aprove recomendar ao Governo Regional o seguinte:

Que promova, por todos os meios ao seu alcance, uma maior celeridade na implementação das medidas constantes da Resolução n.º 17/2000/A, de 19 de Julho; Que dê maior prioridade às medidas contidas na referida Resolução, relativamente ao Aeroporto das Flores; Que promova as diligências necessárias, nomeadamente a audição dos pilotos da SATA e o diálogo com as entidades públicas e privadas envolvidas, no sentido de que sejam estudadas soluções e implementadas outras medidas complementares que possam contribuir para uma melhor operacionalidade do Aeroporto das Flores; Que forneça à Assembleia Legislativa Regional dos Açores, quadrimestralmente, informação sobre as diligências efectuadas e sobre a concretização das medidas recomendadas.

PARTIDO POPULAR ESTEVE NA BASE DA CRIAÇÃO DE: MEDIDAS PARA A RESOLUÇÃO DE PROBLEMAS NA ACTIVIDADE DOS TÁXIS

A Resolução agora aprovada recomenda ao Governo Regional que:

Proceda à redução das licenças existentes em cada Ilha no percentagem considerada necessária, através da concessão de reformas antecipadas, da reconversão profissional ou indemnizações adequadas, a cada taxista que pretenda voluntariamente deixar de exercer esta actividade; Promova a adaptação à Região da legislação nacional naquilo em que a especificidade regional assim o exija; Recomende às Câmaras Municipais a não atribuição de novas licenças para o exercício da actividade; Mantenha uma fiscalização rigorosa dos táxis, relativamente à apresentação e limpeza das viaturas e qualidade do serviço prestado; Promova uma maior parcimónia na utilização de viaturas oficiais no transporte de agentes da administração ou de técnicos e cidadãos, sem direito a transporte oficial, nomeadamente quando se deslocam de e para os aeroportos da Região; Equacione a possibilidade da criação de uma linha de crédito com juros bonificados que facilite a renovação gradual da frota de táxis por forma a atingir-se a qualidade exigida a um serviço que também serve de apoio ao turismo.

A Comissão de Economia da Assembleia ficou ainda encarregue de estudar a rentabilidade da actividade e de avaliar da necessidade de outras acções como: O apoio ao preço do gasóleo; A redução da taxa de inspecção anual; A apoio à instalação de centrais de táxis; O apoio na área da promoção profissional, nomeadamente através da realização de cursos de formação; A actualização de tarifas em vigor.

DEPUTADOS DO PP-AÇORES EM JORNADAS NACIONAIS

Os Deputados Regionais do Partido Popular, Alvarino Pinheiro e Paulo Gusmão, participaram em Maio nas Jornadas Parlamentares que o Grupo Parlamentar do CDS/PP na Assembleia da República realizou no Estoril.

Sob a coordenação do Dr. Basílio Horta, os vinte e dois Parlamentares do Partido Popular, quinze eleitos na Assembleia da República, três na Assembleia Regional da Madeira, dois dos Açores e dois no Parlamento Europeu, debruçaram-se sobre iniciativas parlamentares e articulação de posições e decisões políticas.

As Jornadas Parlamentares incluíram ainda dois painéis, um sobre “Políticas para as Cidades” e outro respeitante à “Situação Económica e Financeira Portuguesa”. No primeiro intervieram, como convidados, os Drs. Miguel Sousa Tavares e Francisco Moita Flores e no segundo o Prof. Doutor Nogueira Leite e o Dr. Nogueira de Brito.

OBRAS NA ESTRADA DE SANTA MARGARIDA, NO PORTO MARTINS

O Deputado Alvarino Pinheiro interveio na Assembleia Legislativa Regional, a propósito de uma asfaltagem artesanal que estava a ser feita, pela Secretaria Regional de Habitação e Equipamentos, na referida estrada, na Ilha Terceira.

Reconhecendo que a estrada estava má, necessitando de um tapete em condições, denunciou que a intervenção que estava a ser feita levantou poeira insustentável para os habitantes e muito prejudicial para as culturas da vinha e da fruta, a ponto de as populações já terem reagido com a entrega de um abaixo-assinado.

O Deputado do CDS/PP apelou ao Governo Regional para que recupere as estradas em diálogo com os órgãos de poder local e pautе a sua actuação pelo respeito para com as populações. (*Diário ALRA n.º 19*)

NO SITE OFICIAL DO CDS/PP NA INTERNET

www.cdsppacores.com

**Pode consultar todas as Iniciativas do
Grupo Parlamentar,
as Intervenções dos Deputados e
outras notícias importantes**

CDS/PP DEFENDE VOOS AO DOMINGO, PARA AS FLORES

A Ilha das Flores continua a não ter voo da SATA ao Domingo, ao contrário do que acontece com as

restantes ilhas de semelhante dimensão populacional e a operação no seu aeroporto é a mais penalizada com cancelamentos por motivos atmosféricos.

Face a esta situação, o Deputado Alvarino Pinheiro apresentou um Requerimento em que considera que a introdução do voo do Domingo para as Flores é importante para o desenvolvimento turístico e para a melhoria do serviço público de transporte em relação aos Florentinos.

O Presidente do Grupo Parlamentar do CDS/PP requereu ao Governo informação sobre os legítimos direitos da população das Flores.

AUDIÊNCIAS

O Grupo Parlamentar recebeu em audiência elementos directivos do Clube Naval da Horta, sobre as alterações que foram introduzidas pelo Governo da República, no Regulamento da Náutica de Recreio, matéria que já motivou diversas diligências do PP, nomeadamente a apresentação de um Projecto de Lei, na Assembleia da República, em 31.07.2000.

Os deputados receberam também representantes do Sindicato dos Trabalhadores da Função Pública do Sul e Açores e da CGTP, sobre as aspirações dos trabalhadores das IPSS e Misericórdias dos Açores.

DEPUTADOS EM VISITAS DE TRABALHO

O Deputado Alvarino Pinheiro deslocou-se este mês ao Pico e Graciosa onde reuniu com as estruturas locais do Partido e avaliou a situação política naquelas Ilhas.

Na Terceira, tem prosseguido os contactos com as diferentes comunidades de Freguesia, em encontros que envolvem os Autarcas e os Núcleos locais do CDS/PP.

Por sua vez o Deputado Paulo Gusmão está a fazer uma ronda de visitas para contacto com a população, na Ilha de S. Miguel, sendo que as últimas deslocações foram à Vila da Povoação e à Freguesia do Pico da Pedra.